



GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFESCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, camponesas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31ª RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Famílias em ação: construindo estratégias e cruzando caminhos de políticas de acesso à creche em Porto Alegre

Autoria: Ranna Mirthes Sousa Correa

A presente pesquisa tem o objetivo geral de discutir o acesso das mães, pais ou responsáveis às vagas para sua filhas/os quando não conseguem realizar a matrícula em creches (para crianças de 0 a 3 anos) e pré-escolas (para crianças de quatro a cinco anos e onze meses). O conselho tutelar da microregião 4 do bairro Partenon em Porto Alegre é considerado como a porta de entrada para se pensar quais são os caminhos utilizados pelas famílias até a judicialização do pedido de vagas para a prefeitura do estado do Rio Grande do Sul via Secretaria Municipal de Educação. Ao mesmo tempo em que pode ser visto como viabilizador do primeiro acesso às famílias para estar atenta às suas diferentes formas de ação, estratégias e articulações próprias e locais diante dos entraves burocráticos frente ao estado diante da realidade em casos de ausência de vagas nas creches. A perspectiva teórico conceitual utilizada até o momento está situada entre áreas como a antropologia do Estado e considera, em particular, a burocracia como uma das diversas tecnologias de governo para se pensar as engrenagens do estado em seus diversos níveis. Levando em consideração a dinâmica que envolve aparatos organizacionais e interações cotidianas que envolvem as famílias, funcionários da burocracia estatal e dos conselheiros tutelares para se pensar o acesso às creches via conselho tutelar. Pensar sobre a noção de tecnologias de governo implica em considerar formas de intervenções possíveis a partir de um agregado de forças, sejam elas legais profissionais, administrativas, orçamentárias; técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações, conforme determinados critérios. (FONSECA&MACHADO, 2015). Nesse sentido, o presente work propõe pensar a partir do work



realizado pelos conselheiros tutelares de judicialização de acesso a vaga tanto as estratégias legais quanto cotidianas das famílias que estão na fila de vagas da secretaria municipal de educação para vaga. O objetivo inicial da pesquisa que se encontra em fase inicial consiste em identificar se existem outras redes locais alternativas criadas e/ou utilizadas pelas mães que não conseguem matricular seus filhos nas creches e perceber de que maneira isso acontece a considerar a vida cotidiana dessas famílias.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

